

“A Dama Pé de Cabra” de Alexandre Herculano: entre o lendário e o documental

GILDA SANTOS
Profª de Literatura Portuguesa na
Faculdade de Letras da UFRJ

Novela, história, qual destas coisas é a mais verdadeira?
Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas.
Alexandre Herculano

Proêmio

Convidada a participar deste número comemorativo de *Convergência Lusítada* e tendo-me sido solicitado que procurasse abordar tema relacionado ao Real Gabinete Português de Leitura, entre as muitas idéias a desenvolver a que primeiro se definiu foi a de traçar a trajetória do *Centro de Estudos*. Afinal, é este o órgão do Real Gabinete com que venho dia a dia estreitando mais laços. Professora afeita a sala de aula, encontro sempre no Salão de Conferências — espaço comprometedoramente enobrecedor das palavras despreziosas que aí tenho proferido — ouvidos atentos nos freqüentadores dos variados Cursos de Extensão/Atualização com que venho colaborando.

Contudo, ao avançar na projetada linha de trabalho, sob a orientação do amigo, sempre solícito e eficiente, Francisco Luís Borges Silveira, constatei que a História do Centro de Estudos já estava escrita. E impressa. Há dez anos, na publicação de *Fundamentos e Atualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, que integrava as comemorações do 140º aniversário desta nossa Casa, um capítulo foi dedicado a contar a criação, desenvolvimento e alcance do Centro de Estudos.

Descartada esta hipótese, outra idéia logo ganhou força: reverenciar um nome muito querido e indelevelmente ligado ao Real Gabinete — o de Alexandre Herculano, que em 1861 aceitou ser Presidente Honorário desta Instituição.

E a melhor maneira de reverenciar um escritor é, sem dúvida, falar-lhe da obra. Assim, entre as múltiplas facetas do íntegro Herculano – ficcionista, poeta, pesquisador, historiador, polemista –, decidi-me pelo Herculano das *Lendas e Narrativas*, obra muito assídua às salas de aula de Literatura Portuguesa mas, injustamente, pouco aquinhoadas com a atenção dos críticos e especialistas em seus ensaios.

Lendas e Narrativas é o título que, em 1851, reúne textos publicados entre 1838 e 1844 na revista *Panorama* (então dirigida por Herculano), formando um “conjunto de quadros pitorescos com finalidade didática sobre a história e as tradições do ‘velho Portugal’ medieval, cavaleiresco e semibárbaro”.¹ Aí encontramos as páginas inesquecíveis de “Arras por Foro de Espanha”, “O Bispo Negro”, “O Castelo de Faria”, “A Abóbada”, “A Dama Pé de Cabra” . . .

Como não é muito extenso o espaço que me foi concedido, elejo tão somente “A Dama Pé de Cabra” como objeto de algumas reflexões a expor. Reflexões didáticas, a serem ampliadas em sala de aula, ou, quem sabe, numa palestra do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura. . .

Proposição

Um pouco estranho aos temas explicitamente históricos privilegiados pelas demais narrativas breves de Herculano, avisa-nos o autor de que “Este conto, no gênero fantástico é tirado substancialmente do Título 9 do *Livro de Linhagens*, chamado vulgarmente do Conde D. Pedro”.²

Ora, os *Livros de Linhagem* constituíam uma espécie de registro civil da época, onde, segundo Antonio José Saraiva,³ os compiladores “se limitam a recolher o que eles consideravam *verdade histórica*” e “em que relatam como *verdadeiras* muitas tradições fabulosas” (grifos nossos) ao lado de fatos comprovados.

Portanto, “A Dama Pé de Cabra”, como reescritura, declaradamente no “gênero fantástico”, de lenda medieval, de “tradição fabulosa” inscrita numa obra que privilegia a “verdade histórica” permite-nos a seguinte questão: é possível traçar fronteiras aí entre o ficcional e o histórico?

¹ FERRO, Túlio Ramires. *Lendas e Narrativas*. In: COELHO, Jacinto do Prado, org. *Dicionário de Literatura*. 3 ed. Porto, Figueirinhas, 1973. 5 vol.

² HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. Lisboa, Bertrand, 1978. v. 2 p. 75 (Esta edição são todas as páginas indicadas entre parênteses no corpo do trabalho)

³ SARAIVA, Antonio José. *História da cultura em Portugal*. Lisboa, Jornal do Foro, 1950. 3 v. v. 1 p. 148

Os álibis

Já que o texto literário é fenômeno cultural extroverso, ligado ao mundo exterior e em relação com ele, podem-se determinar elementos que o inscrevem num determinado tempo e num determinado espaço (mesmo que, como quase sempre acontece, haja descompasso entre as referências presentes no enunciado e a real situação do momento de produção do texto), para atestar tal extroversão e conseqüentemente criar a impressão de veracidade. A tais elementos chama Maria Lúcia Lepecki de *álbis de historicidade*.⁴

Desses, o primordial seria o *pacto de veracidade* estabelecido entre o narrador em primeira pessoa e o leitor. A partir do momento em que a narrativa institui um *eu*, produtor de discurso, automaticamente institui o *tu*, receptor possível, associado ao leitor. Na medida em que o leitor dispõe de uma concretude física, histórica, esta materialidade contamina também o narrador. Assim, o narrador, ilusoriamente, deixa de ser uma instância narrativa, ficcional, para ser o porta-voz, confiável, de muitas verdades.

No caso específico de “A Dama Pé de Cabra”, quando lemos: “assentavos aqui ao lar, bem juntos ao pé de mim e contar-vos-ei a história de D. Diogo”, imediatamente opera-se a identificação entre narratários intratextuais — os ouvintes ao pé do lar — e extratextuais — os leitores possíveis. Todos nós somos convidados a assentar-nos juntos ao lar, a ouvir o relato e a acreditar nele.

A postura do narrador logo aparece explicitada: o rapsodo, o mestre, que, ritualisticamente, atualizará uma “tradição veneranda”, uma “certíssima história”, colhida em fonte mais do que fidedigna:

Se a conto, é porque a li num livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal. E o autor desse livro velho leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares.

(. . .)

Silêncio profundíssimo; porque vou principiar. (p. 35)

A atitude de respeito exigida — manter-se em profundo silêncio e acreditar piamente no que será contado, caso contrário não haverá perdão e sim a

⁴ LEPECKI, Maria Lúcia. Notas do curso Sinédoque, metonímia e ironia na “historicização” do texto do romance. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, mar./abr. 1981. Algumas das colocações aí expostas aparecem nos seguintes textos da autora:

Sinédoque, eufemia, difemia. *Colóquio/Letras*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 53:12-21, jan. 1980.

Levantado do chão: história e pedagogia. *J.L.* (Jornal de Letras, artes e idéias). Lisboa, 18:27 out./9 nov., 1981.

condenação ao inferno — remete-nos a outro ritual, religioso, em que o narrador se apresenta como sacerdote e os ouvintes como fiéis, todos reunidos ainda uma vez, num tempo que subverte o cronológico, para recitar palavras antigas, para recordar tempos primordiais e daí tirar ensinamentos. Repare-se nas palavras finais do conto:

Mas a misericórdia de Deus é grande. À cautela rezem por ele um Pater e um Ave. Se não lhe aproveitar, seja por mim. Amém.

(p. 74)

Reportando-nos às colocações de Jolles⁵ sobre a anti-legenda, estaríamos presenciando um ritual para atualizar — e exorcismar — um exemplo nefasto, que não deve ser seguido, como o Pecado original, o fratricídio de Caim, Sodoma e Gomorra, a humanidade ao tempo de Noé, etc. etc.

Atento às provas que lhe possam ser exigidas, o contador de histórias documenta a origem de seu relato com a menção ao “livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal” (p. 35), álbi tão irrefutável como o “santoral godo” para o relato do abade:

Sei a história dessa mulher das serras. Está escrita há mais de cem anos na última folha de um santoral godo do nosso mosteiro.

(p.45)

Ora a história da formosa dama das serras, de verbo ad verbum, como estava na folha branca do santoral, rezava assim:

(p. 46)

Adiante, percebendo seus quase-delírios no campo do verossímil e ante- vendo a desconfiança rondar seu auditório, o narrador apressa-se a recorrer à autoridade infalível:

Quer mo creiam, quer não, di-lo a história: eu com isto não perco nem ganho”

(p. 69)

Outro álbi de historicidade é o uso de um vocabulário arcaizante, onde também incluímos as expressões latinas. Além de atender ao gosto romântico pela cor local, caracterizando o tempo remoto dos sucessos narrados, correspondente à antigüidade dos livros consultados, patenteia a erudição do contador de histórias (e lembremos que demonstrar saber é forma de exercer autoridade). Por outro lado, com esse aprofundamento nas raízes de sua própria

⁵ JOLLES, André. *Formas simples*. São Paulo, Cultrix, 1976 p. 51-54

língua, só acessível a poucos iniciados, o rapsodo tece uma aura de magia em torno da palavra arcaica, que assim exercerá poder de sedução sobre o leigo.

Algo semelhante ocorre em relação às três cantigas de bruxa entoadas pela Dama, que possivelmente o contador de histórias também entoa:

*Pelo cabo de vassoura,
Pela corda da polé,
Pela víbora que vê,
Pela Sura, e pela Toura;*

*Pela vara do condão,
Pelo pano da peneira,
Pela velha feiticeira,
Do finado pela mão;*

*Pelo bode, rei da festa,
Pelo sapo inteiriçado,
Pelo infante dessangrado
Que a bruxa chupou à sesta;*

*Pelo crânio alvo e lustroso
Em que sangue se libou,
E do irmão que irmão matou,
Pelo arranco doloroso;*

*Pelo nome de mistério
Que em palavras se não diz,
Vinde já precitos vis;
Vinde ouvir o meu saltério!*

*E dançai-me, aqui na terra,
Uma dança doudejante,
Que entonteça num instante
O meu filho Inigo Guerra.*

*Que ele durma um ano inteiro,
Como em sono de uma hora,
Junto à fonte que ali chora,
Sobre a relva deste outeiro.
(p. 61-2)*

*Cavalga, meu cavaleiro,
No alentado corredor;
Vai salvar o bom senhor;
Vai quebrar seu cativoiro.*

*Pardalo, não comerás
Nem cevada nem aveia,
Não terás jantar nem ceia,
Rijo e leve voltarás.*

*Nem açoute, nem espora
Requer ele, oh cavaleiro!
Corre, corre bem ligeiro,
Noite e dia, a toda-a hora.*

*Freio ou sela não lhe tires,
Não lhe fales, não o ferres,
Na carreira não te aterres,
Para trás nunca te vires.*

*Upa! Firme! – avante, avante!
Breve, breve, a bom correr!
Um minuto não perder,
Bem que o galo ainda não cante.*
(p. 64-5)

*Para trás, para trás, a galgar.
Já!
De redor, de redor vem passar
Cá!
Que não há nada aqui que te empeça.
Bus,
Nem palavra, vós dois! Fugi dessa
Cruz!*

(p. 71)

Porque estão sendo integralmente repetidas pela enunciação como um documento-em-bruto, atestam sua existência anterior e preenchem de historicidade também o demoníaco, que então passará a ser mais temido e, prudentemente, evitado.

Mas *álibi* mais flagrante é a própria codificação no enunciado de um tempo com suas respectivas figuras históricas.

Nosso texto dá destaque a dois tempos da história da Península Ibérica: o das lutas entre cristãos e mouros, e o dos godos.

No primeiro, transita D. Diogo, figura histórica confirmada pelos Livros de Linhagens, como o fidalgo galego Diogo Lopes de Haro, o que leva Antonio José Saraiva a comentar:⁶

Esta história transporta-nos ao mundo peninsular anterior à independência de Portugal e deve ser originária da Galiza, onde viveram os senhores de Haro.

Apenas permitiu-se Herculano deslocá-lo para Biscaia. . . E note-se que toda a geografia referida, enquanto reconhecível, revela-se igualmente plena de valor documental.

Há, no entanto, uma importante referência, que permite localizarmos cronologicamente: [D. Diogo] “partiu com lustrosa mesnada de homens de armas para a hoste del-Rei Ramiro, que ia em fossado contra a mourisma de Espanha”. (p. 41) Ora, os grandes sucessos de Ramiro II, Rei de Leão, passam-se entre 930 e 950. Sabendo-se que D. Diogo casara, havia muito, com a Dama-Pé-de-Cabra, e que “entregou a Inigo Guerra, que já era mancebo e cavaleiro, o governo de seus castelos” (p. 41), quando partiu, podemos concluir que toda a história se intercala na primeira metade do século X.

No segundo, encontramos Argimiro e Astrigildo, sem comprovação histórica, porém fortemente amparados na verossimilhança pela menção às guerras do Rei Vamba, rei godo da Espanha coroado em 672 em Toledo, e às suas lutas “contra o rebelde Paulo”: “Dous anos duraram guerras de el-rei Vamba: foram guerras mui de contar” (p. 50) e é durante tal período que o caso se passa. Vejam-se as notas de Antonio Lucas à edição da Livraria Bertrand. (p. 75-6).

Portanto, entretecendo elementos históricos e elementos ficcionais, Herculano recorre a um episódio do século VII para mostrar a ancestralidade do malfadado pacto, que, no século X, enreda D. Diogo e a Dama-Pé-de-Cabra.

Além destes, encontramos no texto outros índices de historicidade, bem distantes das épocas manifestas na estória contada, mas sinalizadores, sob uma ótica irônica, do tempo do narrador (-autor), do tempo da enunciação:

⁶ SARAIVA, A. J. op. cit. p. 149.

O ónagro fitou as orelhas e, em sinal de aprovação, começou a azurrar; começou por onde, às vezes, academias acabam. (p. 61)

Diz a nota do autor: “O Dicionário da Academia, que ficou interrompido no fim da letra *A*, acaba na palavra *azurrar*”. (p. 61). É evidente aí a ironia desmitificadora do saber ortodoxo representado pela Academia Real das Ciências, que, em 1793, só conseguiu publicar este único volume de seu portentoso dicionário.

Sentiram então um cheiro intolerável de enxofre e de carvão de pedra inglês, que logo se percebia ser cousa de Satanás. (p. 72)

A justaposição de carvão de pedra inglês a enxofre — tradicional emblema olfativo do diabo — contamina de caráter diabólico carvão de pedra e Inglaterra. Ora, carvão de pedra e Inglaterra são signos da Revolução Industrial, conseqüentemente vista como satânica.

Processo semelhante ocorre na passagem:

E também começou a ter medo de morrer, apesar de sua miséria. Bem sabia D. Diogo que a morte é a maior delas todas; que não era o senhor de Biscaia ateu, filósofo, nem parvo. (grifos nossos) (p. 68)

Aqui, além da crítica em geral aos ateus e filósofos, poderíamos vislumbrar uma zombaria aos filósofos ateus do Iluminismo do século XVIII, tal como Herculano reitera n’ “A Abóbada”:⁷

A terribilidade da cerimônia que Frei Lourenço executava, o ruído inesperado que rompera o exorcismo, o grito blasfemo do arquiteto, no momento de cair por terra, o lugar, a hora, eram coisas que, reunidas, fariam pedir confissão a uma grande manada de enciclopedistas (. . .)

Nesta perspectiva, distende-se mais ainda a temporalidade assinalada no conto de Herculano, pois além do tempo dos mouros e do tempo dos godos, já frisados no enunciado, a enunciação comporta referentes dos séculos XVIII e XIX. Claro está que tal procedimento não pode ser gratuito e sua funcionalidade é o que ainda tentaremos demonstrar.

⁷ HERCULANO, Alexandre. A abóbada. In: ———. *Lendas e narrativas*. Lisboa, Bertrand, 1978. v. 1. p. 237.

Sinédoque e Metonímia

Observamos com Maria Lúcia Lepecki que a escrita da História, ante a impossibilidade de registrar a totalidade dos fenômenos históricos, opta por recorrer sistematicamente à sinédoque — procedimento retórico em que, *grasso modo*, a parte significará o todo. Ora, o mesmo se passa com o texto literário, quando, por exemplo, uma classe social ou uma família ou um indivíduo são focalizados por um romance de modo a refletirem seja a “parte” imediatamente superior, seja a totalidade social; ou quando uma anedota, um caso, uma fábula, remetem para sistemas de valores, ideologias, mitologias; ou quando um dia e uma cidade significam uma época e um país, e assim numa interminável lista de exemplos. Eis uma boa síntese feita pela renomada crítica:⁸

Atuando por sinédoque, sinal da seletividade crítica, e natural condição, porque imagem, da transposição poética, o sujeito do discurso delimita a parte que significará o todo, o reduzido que remeterá para o maior, o parcial que constrói, por restrição, a inteireza.

No conto em questão, a ênfase recai sobre dois sistemas sinédóquicos: primeiro, o crime e castigo de D. Diogo, no tempo dos mouros, em Biscaia e Toledo, registrado num “livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal”; segundo, o crime e castigo de Argimiro, no tempo dos godos, em Biscaia e Toledo, registrado num “santoral godo”.

Já notamos antes a correspondência entre estes dois momentos: seriam sinédoques de um sistema de valores onde o maniqueísmo afirma que o mal será sempre castigado.

Onde dizemos *correspondência*, podemos dizer contigüidade ou conexão, o que implica a metonímia: a história de D. Diogo e a de Argimiro relacionam-se não só espacialmente, como explícita o enunciado, mas também semanticamente, uma vez que um caso espelha o outro.

Essa relação especular ainda mais se acentua se reexaminarmos mais detidamente os dois momentos:

No tempo dos godos, o pacto estabelecido entre Argimiro e seu pai rompe-se porque em Argimiro o prazer de obter caça para oferecer a seus convivas supera a consciência do dever. Como resultado de quebrar sua palavra de honra, será desonrado. Note-se que sacrifica uma fêmea e será desonrado por sua mulher.

⁸ LEPECKI, M. L. op. cit. (1980) p. 15.

No tempo dos mouros, o estabelecimento do contrato entre D. Diogo e a formosa Dama é simultâneo ao rompimento de um pacto anterior: D. Diogo deve esquecer, deve abdicar dos ensinamentos religiosos que sua Mãe — reduplicadora duma tradição cultural — lhe ensinara (“Pois sabe que para eu ser tua é preciso esqueceres-te de uma cousa que a boa rica-dona te ensinava em pequenino e que, estando para morrer, ainda te recordava”) (p. 37). Portanto, também ele troca o *dever* pelo *prazer*. E o seu castigo também se faz desonra: a prisão.

Outro dado da construção especular: a razão pela qual o pai de Argimiro pede um juramento ao filho permanece em mistério, pois morre quando ia começar a contar sua história. Ora, tal razão, que talvez fosse a grande justificativa para a cadeia dos “horrendos casos”, permanece ocultada pelo texto. No entanto, no seu *calar*, a narrativa remete para uma anterioridade, para um passado onde certamente se localizará essa grande resposta.

No caso de D. Diogo, Inigo Guerra, seu filho e legítimo herdeiro, ocupa seu lugar em tudo, inclusive, ao que parece, nos acordos demoníacos, como deixa entrever o narrador no sábio semi-calar de um discurso modalizante. Com isso, o texto indica uma continuidade, um remeter para o futuro da velha tradição.

Quais seriam então as possíveis sinédoques anteriores e posteriores aos casos vistos, dessa linha metonímica?

In illo tempore

A situação entre Argimiro e seu pai não nos recorda, *mutatis mutandis*, a interdição do Gênesis em que Deus proíbe Adão de provar os frutos da árvore da ciência do bem e do mal? O proibido agora não é um fruto, mas o animal com cria. Em ambas as interdições descobre-se a noção comum de preservação da natureza, e de natureza enquanto elemento gerador, lá, da impalpável consciência ética, aqui, da concretíssima carne de sua própria espécie.

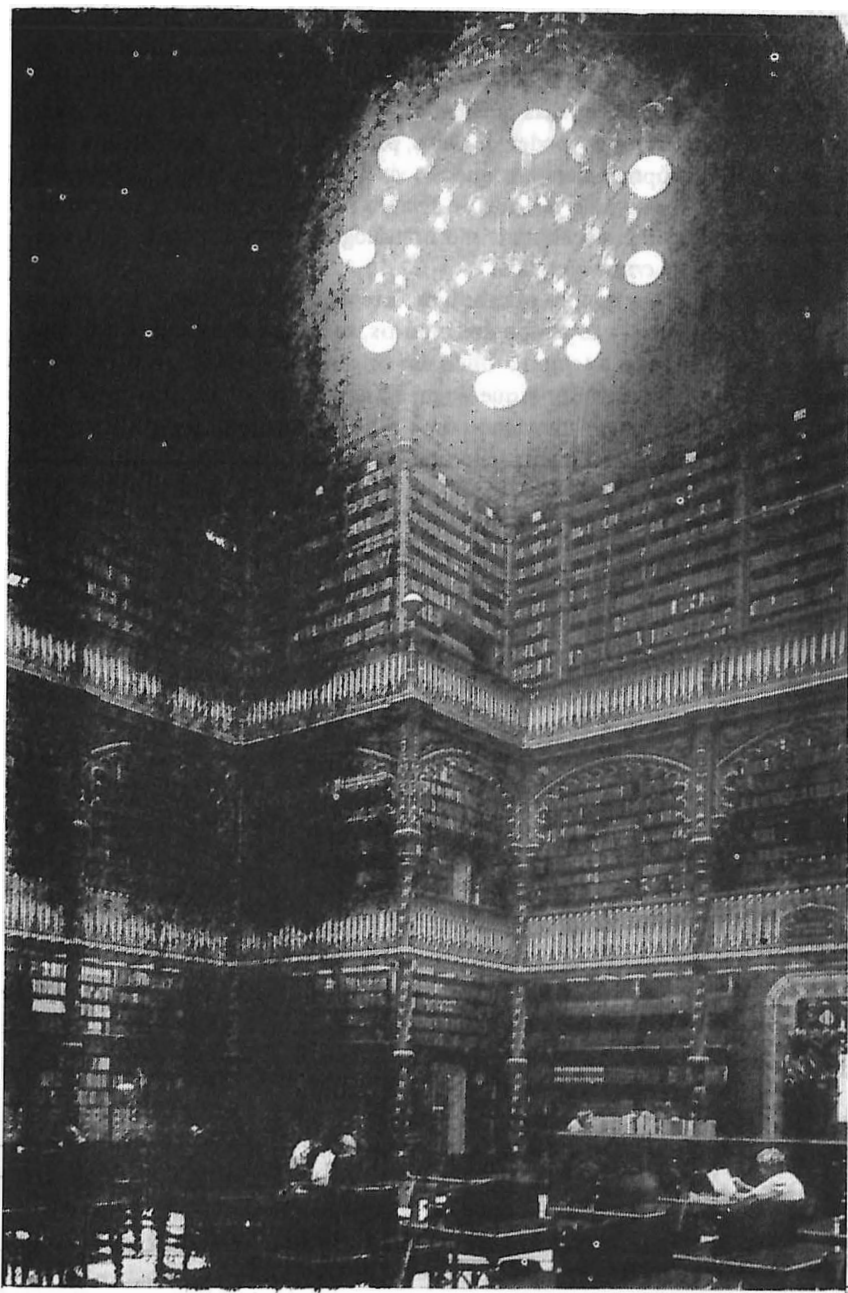
Argimiro e Adão sucumbem e aviltam a palavra empenhada. Adão reparte sua culpa com Eva, já aliciada pela astuta serpente, e, do mesmo modo, D. Diogo cede à tentação da formosa Dama-Pé-de-Cabra, evidente emissária de Satanás. Neste ponto, patenteia-se a identidade entre Argimiro e D. Diogo, enquanto desdobramentos, em épocas diferentes, do mesmo Adão bíblico.

Fecha-se então o círculo: Adão, Eva, Argimiro, D. Diogo, a Dama e Satanás são elos de uma só corrente — caíram todos em grande falta, em pecado mortal. Estendendo a mão para o fruto proibido do conhecimento, Adão e Eva não apenas transgridem a norma ditada pelo Senhor Deus, afrontando-o, mas, ao mesmo tempo, buscam transcender sua condição, adquirindo pode-

res sobre-humanos, porque além dos que Deus lhes concedera. Ora, a caracterização da serpente no Gênesis já possui todos os traços do poder satânico; e quem é Satanás, ou Lúcifer, ou o Príncipe deste Mundo, senão, conforme os teólogos medievais, o mais brilhante e lúcido e sábio de todos os anjos do Senhor, que, confiante em suas qualidades, igualmente ousou ultrapassar seus limites e alçar-se acima do poder de Deus, provocando-lhe a Ira? Desde então “o pecado é a própria esfera em que ele vive, ele é sua origem, instigador e perpetrador”.⁹ A expulsão de Adão e Eva do Paraíso e a eliminação definitiva de Satanás dos reinos celestiais são homólogas na sua dimensão de transgressão e queda, de *crime e castigo*.

Nesse recuo aos tempos primordiais, latente no texto, amplia-se a representação do histórico – ao tempo dos mouros, ao tempo dos godos e aos tempos modernos soma-se o tempo bíblico das origens, na sua dupla dimensão de História e Mito. E o narrador-arqueólogo, ao desvendar o “santoral godo” e o “livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal” parece antever a descoberta de um possível manuscrito do Mar Morto. . .

⁹ BORN, A. Van Den, org. *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis/Lisboa, Vozes/Centro do Livro Brasileiro, 1971. v. “Satã”. p. 1397.



Real Gabinete Português de Leitura – "Aspecto da Biblioteca"